

Artigo

Uma década depois e o 11/9 desperta cada vez mais desconfiança na opinião pública. O projeto norte-americano fomenta que a hegemonia americana é boa para os americanos e o resto do mundo. Pág 9.

adua

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN



2012

Manaus é sede do Congresso do Andes-SN

31º Congresso do Andes, que será realizado em Manaus em janeiro de 2012, com organização da Adua, apresenta em seu tema principal traços da cultura popular do Amazonas. Pág 4.

PL 1749



Privatização dos HU's é aprovada na Câmara

Falta apenas a votação no Senado, prevista para novembro, para que o PLC, que prevê a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), acabe com o caráter público dos hospitais universitários no país. Pág 3.

Ensino Superior Senado aprova transferência para MCT

Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 518/2009 - que tira do MEC a responsabilidade pela educação superior, transferindo-a para o Ministério da Ciência e Tecnologia - recebe duras críticas do Andes-SN e Adua. Pág 10.

Adua rejeita Política de Inovação Tecnológica da Ufam

Sindicato se abstém da votação durante reunião do Consuni que, após dez horas de discussão, aprova a proposta e cria uma pró-reitoria para gerir o setor de inovação tecnológica. Para Adua, tema abre brecha à mercantilização do ensino superior. Pág 5.



Violência Institucional

Professor critica omissão da Ufam em processo de agressão

Na entrevista do mês, o docente do Departamento de Comunicação Social, Dr. Gilson Monteiro, se diz insatisfeito com atuação do Ministério Público Federal do Amazonas, da Universidade e até da imprensa local em relação ao caso de agressão sofrida em sala de aula, há mais de dois anos. Confira nas páginas 6 e 7.



Editorial

Para muitos do movimento sindical docente, agosto passou como prega o ditado popular: é o mês do desgosto. Foi essa a sensação que diversos professores das universidades federais tiveram quando o governo habilmente nos conduziu ao desfecho das “negociações” sobre o acordo emergencial salarial. Mas, esse sentimento logo se desfez quando ficou perceptível o jogo do governo e a razão de que não se tratava de uma negociação, mas de uma medição de forças. Daí porque colocarmos aspas na palavra negociação. Também o sentimento foi abrandado por compreender que o acordo prevê a continuidade das articulações, agora em reuniões programadas, para discutir a reestruturação da carreira docente. É bem verdade que a primeira reunião, ocorrida em setembro, não foi exatamente como esperávamos. Muita discussão ocorreu, mas foi possível traçar um calendário de reuniões até o final do ano (leia mais na pág. 4). É continuar acreditando que só na luta podemos conquistar vitórias.

Outro desafio para o servidor público foi acompanhar a tramitação do PL 1749 na Câmara, aquele que cria a empresa privada para gerenciar os Hospitais Universitários brasileiros. A batalha foi dura e o governo venceu esta etapa, conseguindo sua aprovação. O PL foi para o Senado e novamente todas as forças democráticas devem se unir para evitar que mais uma etapa da privatização chegue ao serviço público (pág. 3).

Na Ufam, este mês, em reunião do Consuni, foi aprovada a Política Institucional de Inovação Tecnológica e de Proteção da Propriedade Intelectual e com ela a criação de uma nova Pró-Reitoria para coordenar suas ações. Este assunto já se arrastava por meses, chegando agora ao seu desfecho. Independente da importância ou necessidade de tal Política, a representação da Adua se pronunciou nessa reunião mantendo a posição de abstenção do voto. As razões apresentadas se embasam em decisões congressuais do Andes-SN, que criticaram a Lei de Inovação Tecnológica, ou por entender que seja mais uma investida do capital para mercantilizar a educação ou promover a desobediência aos princípios de uma universidade pública e autônoma. Conheça mais a posição da Adua (pág. 5).

As páginas centrais desta edição trazem uma entrevista com o professor Gilson Monteiro, que foi agredido dentro de sala de aula há mais de dois anos, e que aqui se manifesta surpreso, desapontado e revoltado com o desfecho do caso, acontecido este mês. Conheça suas razões e principais críticas.

Por fim, oferecemos dois artigos importantes para reflexão: sobre a continuidade na defesa do SUS contra as constantes investidas para acabar com uma rede pública de saúde com atendimento universal e gratuito (pág. 8) e uma reflexão sobre o ocorrido em 11 de setembro de 2001, nos EUA, passados dez anos e ainda envolto em grandes mistérios (pág. 9). Também para refletirmos, brindamos nossos leitores com uma oportuna entrevista (aqui apenas parcial) com o historiador Eric Hobsbawm. Aos 94 anos, ele se mostra ainda bastante lúcido em suas análises.

Até o próximo mês.

Notas

Assédio moral na universidade

O número de professores universitários no Norte do país que sofrem assédio moral no trabalho é alarmante. A denúncia foi feita durante o Encontro Regional Norte II do Andes-SN, que aconteceu nos dias 23 e 24 de setembro em Macapá (AP). O diretor do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará (Sindufopa) reclamou da gestão autoritária da instituição, que recentemente repreendeu o apoio de um docente a uma manifestação estudantil e o persegue por tentar organizar uma seção sindical do Andes-SN no campus. Na Universidade Federal do Amapá (Unifap), a professora Marinalva Oliveira sofre ameaças, dessa vez por parte do diretor de Recursos Humanos da instituição, pelo fato de se mobilizar contra a carência de professores e a má infraestrutura no curso de enfermagem. Casos como os expostos nesse encontro sindical demonstram que ser professor é, cada vez mais, uma profissão de risco!

Greve dos professores no CE

A greve dos professores da rede estadual de ensino no Ceará se mantém há mais de 50 dias, com 28 deles após liminar determinando a suspensão da greve e sob pena de pagarem uma multa diária de R\$ 10 mil. Não bastasse isso, o Governo do Estado ameaçou (embora ainda não tenha cumprido) entrar com processo

administrativo contra os grevistas por abandono de cargo. As represálias ainda não foram suficientes para desmobilizar os docentes, que, desde 2009, expressam profundo descontentamento com os rumos tomados pela aplicação da Lei Federal nº 11738/2008, a chamada Lei do Piso Salarial. O que deveria beneficiar os professores acabou se mostrando uma lástima, pois a lei não foi implementada devidamente e ainda coincidiu com o sacrifício de outros direitos já adquiridos pelos professores. A última do Governo do Ceará foi conceder aumento do piso, mas apenas para professores com a formação até o nível médio, não contemplando as reivindicações de toda uma categoria, que intensificou sua revolta. É com atitudes como essa que o governo dá a entender que sua política educacional é dar com uma mão e tirar com a outra.

Fim da greve dos técnicos

Mesmo sem conseguirem aumento de salário pelo governo, os técnicos administrativos em educação das universidades federais finalizaram, no último dia 26 de setembro, a greve que durou exatos três meses e 12 dias. No total, servidores de 35 universidades brasileiras paralisaram as atividades naquele período, conforme informações do Comando Nacional de Greve da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades

Brasileiras (CNG/Fasubra).

Na Ufam, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam) comunicou à reitoria a suspensão da greve no dia 22 de setembro, através de ofício divulgado no Portal da Ufam. No site do Sintesam, o membro do Comando Local de Greve, Sebastião Cabral, afirmou que o retorno é uma estratégia para tentar negociar com o governo. “Mesmo que não estejamos em greve, continuamos no contexto de luta, vamos realizar assembleias e mobilizações”, disse. Cabral também explicou que ainda não há uma agenda de negociações prevista entre a categoria porque as bases ainda estão avaliando como se dará a mobilização nos próximos meses. A categoria reivindica que o piso salarial de R\$ 1.034,00 seja reajustado para, pelo menos, R\$ 1.635,00 (três salários mínimos).

Porto das Lajes

No último dia 22 de setembro, o coordenador do Movimento “S.O.S Encontro das Águas”, professor Ademir Ramos, da Ufam, o deputado federal Francisco Praciano (PT-AM) e o vereador de Manaus Waldemir José (PT) participaram de uma audiência, em Brasília (DF) para manifestar contra a construção do Porto das Lajes. O grupo, que esteve reunido com a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, exigiu também o tombamento do Encontro das Águas, fato que está em um processo judicial no Tribunal Regional Federal em Brasília. Ao final do encontro, a ministra se comprometeu em lutar pela proteção do cartão postal amazonense, deixando no ar a possibilidade de fazer uma visita ao local, mas sem previsão de data.

charge



Fale conosco

Professor e professora do campus de Manaus e dos campi do interior, contribua para o Jornal da Adua produzindo artigos, resenhas de livros e DVDs e sugestões de pautas. Sua participação é fundamental para um jornal plural. Entre em contato conosco pelo e-mail:

imprensa.adua@gmail.com

www.adua.org.br

www.twitter.com/docentes_ufam



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharciso Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).
Jornalista responsável: Antônio José (Tomzé) Vale da Costa (DRT/AM 286)
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398) e Susy Freitas (colaboradora)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)
Fotografias: Anderson Vasconcelos, Lídia Ferreira, Susy Freitas, Tomzé Vale da Costa e Andes-SN
Impressão: Gráfica Ampla. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009/3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)
Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

PLC 79/2011

Aprovação do PL 1749 na Câmara intensifica críticas à privatização dos HU's

Fotos: Susy Freitas

Até o dia 06 de novembro de 2011 deve ser votado no Senado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 79/2011, ex-PL 1749/2011, que prevê a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A pauta já passou pela Câmara, tendo o aval da maioria dos deputados federais, na noite de 20 de agosto. Agora, mais uma vez, o PL tramita em caráter de urgência, a pedido da presidência da República. Nesse intervalo, o assunto será apreciado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação, de Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (AS).

O curioso é que a criação da Ebserh já foi barrada pelo Senado antes, quando expressa em Medida Provisória (MP) 520/2010. Ela chegou a ser aprovada na Câmara, mas perdeu a validade quando estava em debate no Congresso Nacional e não chegou a ser votada, pois o prazo para sua apreciação encerrou no primeiro minuto do dia 01 de junho.

Quaisquer que sejam as siglas, o projeto chegou aonde chegou apesar da forte resistência de diversas entidades sindicais como o Andes-SN. O olhar crítico sobre o PLC 79/2011 tem razão de ser: na prática, a sua aprovação levará os Hospitais Universitários (HU's) a serem administrados não pelas universidades, mas sim pela Ebserh, empresa que, segundo o texto do projeto, terá "personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação", ocasionando assim a perda de autonomia das instituições de Ensino Superior.

O maior problema com a criação da Ebserh é o fato de que sua atuação dá ainda mais abertura aos braços da privatização no Ensino Público Superior. Apesar de o texto do PL 1749/2011 prever a contratação de seus funcionários por concurso, também contempla contratações por processo seletivo simplificado e outras de caráter ainda mais amplo. A Ebserh também traz consigo a possibilidade de que as atividades de ensino, pesquisa e extensão, tidas como o tripé da universidade pública, sejam eclipsadas pela prestação de serviços. Esses e outros motivos levaram o Andes-SN, suas seções sindicais e diversas outras entidades que representam os profissionais da educação e da saúde a se posicionarem contra a criação da Ebserh.

Repercussão na Ufam

Não apenas entidades sindicais se mostraram críticas em relação ao PL 1749/2011, mas também várias instituições de Ensino Superior. Na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Conselho Universitário (Consumi) já havia manifestado descontentamento com a então MP 520/2010 no final de fevereiro através de uma Moção de Repúdio. Agora, já como PL 1749/2011, o Consumi da Ufam dá demonstração de coerência ao aprovar, por ampla maioria, no dia 31 de agosto, nova Moção de Repúdio a essa intenção de privatização o ensino, a pesquisa e a extensão nos HUs.



Para o prof. Lourivaldo (dir.), a proposta de criação da Ebserh não condiz com expectativa do HUGV

O Jornal da Adua contactou a reitoria em busca da posição oficial assumida pela Ufam perante a aprovação do PL 1749/2011, mas foi informada pela Chefia de Gabinete que tanto a reitora Márcia Perales quanto o vice-reitor Hedinaldo Narciso Lima estavam viajando.

Para o diretor do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), professor Lourivaldo Rodrigues, a proposta de criação da Ebserh não condiz com a expectativa das Universidades Federais e tampouco com a dos diretores dos HU's, para a solução dos "gargalos" desses órgãos. "A maioria dos diretores se colocou peremptoriamente contra o projeto, pois essa empresa é apenas um remédio para aliviar os sintomas, a dor, porém não combate as causas dos problemas dos HU's", disse Rodrigues, referindo-se à falta de recursos financeiros e profissionais concursados no quadro dos hospitais.

O diretor do HUGV reforça, inclusive, que a aprovação do PL pode até criar outros problemas. "Esse PL interfere na autonomia da Universidade, que, constitucionalmente, é a instituição com o direito e o dever de planejar, organizar e executar as ações dos Hospitais Universitários", afirmou. Segundo ele, os HU's "estão em estado de penúria há, pelo menos, vinte anos".

O diretor da Faculdade de Medicina (FM) da Ufam, professor Dirceu Benedito Ferreira, faz coro com as palavras de Lourivaldo Rodrigues. "O grande problema dessa



empresa é que ela tira a autonomia da Universidade", disse. Para ele, a Ebserh pode pender para a atuação mais produtivista, em detrimento da formação dos alunos. "Se isso ocorrer, perdemos em qualidade de ensino, não tanto para os alunos de graduação, mas para a formação de nossos especialistas, os residentes", acrescentou. Na avaliação de Ferreira, a criação da Empresa só será positiva se ela "aumentar os recursos para os hospitais, ampliar a qualificação e a capacitação dos profissionais e resolver todos os problemas crônicos".

Visão sindical

A diretoria do Andes-SN se pronunciou diversas vezes a respeito da MP 520/2010, PL 1749/2011 e agora PLC 79/2011. O sindicato mantém sua mobilização contra a criação da Ebserh e informou recentemente que pretende enviar correspondência aos senadores informando seus motivos e conclamando-os a votarem contra a aprovação do PLC 79/2011. Para a entidade, a implantação da empresa é uma verdadeira inversão de valores, uma vez que administrará os HU's sob uma ótica mercadológica de prestação de serviços, e não com fins educacionais.

Na Adua, a direção mantém uma posição semelhante a do sindicato nacional. No entendimento da Associação, o PLC 79/2011 é uma ameaça real à autonomia das atividades desenvolvidas pelas universidades públicas. Não por acaso, a Moção de Repúdio ao então PL 1749/2011 aprovada pelo Consumi da Ufam partiu de conselheiro vinculado à Adua, expressando que "o referido PL fere o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dado que os Hospitais Universitários são também

Linha do tempo: entenda o percurso entre a MP 520/2010 e o PLC 79/2011

31/12/2010: acontece a publicação da MP 520/2011 no Diário Oficial da União.

18/02/2011: a MP 520/2010 é submetida ao Plenário da Câmara.

26/05/2011: a MP 520/2011 é remetida ao Senado Federal através do Of. nº 747/11/SGM-P.

07/06/2011: o Ato Declaratório nº 23, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, comunica que a MP 520/2011 teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho.

05/07/2011: apresentação do PL 1749/2011, pelo Poder Executivo.

13/09/2011: o PL 1749/2011 é analisado pela comissão especial da Câmara dos Deputados. Caravaneiros da Fasubra impedem a realização da sessão.

14/09/2011: mais uma vez, servidores públicos federais impedem a apreciação do PL 1749/2011 na Câmara.

20/09/2011: o PL 1749/2011 é aprovado na Câmara. Dessa vez, manifestantes foram impedidos de entrar no local.

21/09/2011: o PL 1749/2011, agora PLC 79/2011, começa a tramitar no Senado.

considerados Unidades Acadêmicas", disse o presidente da Associação, Antônio Neto.

A Federação dos Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra) é mais uma entidade contra a aprovação do PLC 79/2011. A Federação visa agora conscientizar e mobilizar diversas camadas da sociedade, tais como profissionais da área da saúde e pessoas atendidas pelos HU's, para impedir a aprovação do PLC 79/2011 pelo Senado.

Sebastião Cabral, que atuou no comando da recém-encerrada greve conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), afirma que, se depender do Sintesam, a luta contra o PLC 79/2011 continua. Apesar de a entidade ter optado pela saída unificada da greve, que durou 112 dias, Cabral informou que a mobilização contrária ao projeto acontecerá quantas vezes forem necessárias.

"Intensificaremos a oposição do PLC, agora no Senado. Queremos também tornar pública a denúncia contra os parlamentares que votaram a favor do projeto, numa ação conjunta com os docentes", explicou. A ação a que Cabral se refere prevê a veiculação da Moção de Repúdio contra o PL 1749/2011, lida durante a reunião do Consumi.

Caprichar e Garantir

Tema do 31º Congresso do Andes faz alusão à cultura popular do Amazonas

O próximo Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), que vai acontecer em Manaus, em 2012, já tem data, local e tema definidos. A 31ª edição do evento ocorrerá de 15 a 20 de janeiro, no resort Tropical Manaus. Durante seis dias, docentes de todo o Brasil vão concentrar esforços intelectuais na discussão do tema: “Caprichar na Educação para Garantir Direito dos Trabalhadores”.

O tema central do evento foi escolhido pela direção do Sindicato Nacional, após alguns encontros de preparação do Congresso com a equipe local (Adua e a Secretaria Regional Norte I), e faz alusão à cultura popular amazonense. “A cada ano, a diretoria tenta estabelecer relação entre o cunho político do evento com a cultura do lugar que recebe os docentes”, explicou o vice-presidente da Re-

gional Norte I do Andes-SN, professor Jacob Paiva.

Paiva justificou ainda a escolha dos verbos “caprichar e garantir”, localmente destacados pela relação com os bois-bumbás de Parintins (a 315 km de Manaus) Caprichoso – o boi azul – e Garantido – o vermelho –, por conter forte significação na simbologia popular da região e elementos da ação de luta. “Usamos o termo caprichar no sentido também de zelar, de cuidar da educação, buscando melhores condições de trabalho, de estudo, de ensino como um todo. Não somente no nível superior, mas desde a educação básica. Para isso, tomamos como base o contexto do Plano Nacional de

Educação (PNE), que está sendo discutido em todo o Brasil, e ainda a Campanha ‘10% do PIB para a educação, já!’”, disse.

A respeito da palavra “garantir”, Paiva acrescenta que o léxico é até mais “palatal” ao movimento sindical. “Esse termo traduz bem a bandeira de luta dos trabalhadores, que é a garantia de direitos. No nosso caso, o direito a um salário justo, a melhores condições de trabalho, a previdência pública, a livre organização sindical, enfim, a uma série de questões que têm relação com o futuro de uma sociedade mais justa para as próximas gerações”, afirmou. “Só por meio da educação teremos condições de construir uma sociedade

diferente”, ressaltou.

Infraestrutura

A escolha do complexo hoteleiro do Tropical Manaus soou, para alguns professores, como uma contradição, em relação à luta dos docentes, por ser um resort de luxo e concentrar os principais eventos “da alta burguesia e do capital internacional”. Mas, um dos integrantes da comissão local do evento e da direção da Adua, professor José Michiles, explica que pesou na decisão não somente a relação custo-benefício, mas as condições logísticas que a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) infelizmente não possui para sediar um evento desse nível.

“Sei das dificuldades que um compromisso desse porte traz para os ombros de cada um de nós da diretoria da Adua. A primeira opção era prestigiar o nos-

so Campus Universitário, mas as condições que ele nos oferece hoje são muito precárias, sobretudo quanto à alimentação para os delegados, ao fornecimento de energia elétrica, custos de transporte e até mesmo em relação à segurança dos participantes”, informou Michiles.

O representante da diretoria da Adua na comissão local do evento destacou ainda que um levantamento orçamentário realizado junto ao grupo de hotéis localizados no entorno da Universidade mostrou que eles onerariam quase o dobro do custo do evento, em relação à proposta oferecida pelo Tropical Manaus. “Não deixamos de lado a questão ideológica, mas nos preocupamos com as condições de recepção do próximo Congresso”, justificou.

A expectativa da direção da Adua é receber pelo menos quatrocentos participantes na 31ª edição do Congresso do Andes-SN.

Tema proposto pela comissão organizadora do evento traz os verbos “caprichar” e “garantir” no título, em relação aos bois-bumbás de Parintins

Reestruturação

Rodada de negociações sobre a carreira começa com tumulto

No último dia 14 de setembro foi dado início, em Brasília (DF), à rodada de reuniões para discutir a reestruturação da carreira docente. Participaram do encontro o Andes-SN, o Proifes e o Governo Federal e demais entidades representativas, conforme prevê o texto do acordo. Este primeiro encontro foi marcado por um clima tenso e, na ocasião, ficou determinado um calendário e um grupo de trabalho, conforme estabelecido em uma portaria, para debater o tema. A próxima reunião está marcada para o dia 6 de outubro.

Durante o encontro, a principal definição foi a metodologia do processo de discussões. O grupo de trabalho terá três representantes titulares e dois suplentes por entidade. A participação nas oficinas será aberta. Por outro lado, o governo se comprometeu em reunir representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e da Secretaria

de Educação Superior (Sesu) do MEC para avaliar as proposições e análises críticas das entidades. Ambos os negociadores, governo e entidades, se comprometeram a dar ampla divulgação aos seus relatórios das reuniões.

A reunião, que durou mais de cinco horas, começou com um pequeno tumulto devido ao veto da participação dos dirigentes do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sina-sefe) pelo Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva. Na ocasião, o secretário argumentou que não negociaria com grevistas e até tentou suspender a reunião, o que não se efetivou devido à pressão dos participantes.

Paiva abriu a reunião lendo o decreto que trata da progressão dos docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Ebtt). As entidades questionaram o conteúdo do decreto que, segundo



Foto: Andes-SN

Primeiro encontro após acordo entre o Andes-SN e o Governo foi tenso

avaliação, exorbita e distorce a legislação, ferindo direitos já garantidos por lei aos professores.

Em seguida, os representantes do Andes fizeram uma intervenção referente ao acordo emergencial firmado com o governo no final de agosto. Os sindicalistas comprovaram que a tabela, anexada ao projeto de lei encaminhada ao Congresso, não estava

de acordo com a apresentada na minuta do acordo. O erro foi admitido pelo secretário Paiva, que se comprometeu em encaminhar documento correto às entidades, até o início de outubro.

A segunda questão levantada pelas entidades foi o documento, encaminhado no dia 31 de agosto ao Congresso Nacional, que estabelece uma nova legislação refe-

rente à insalubridade, alterando o artigo 68 do Regime Jurídico Único (RJU). Tal questão não foi tratada nem na mesa geral de negociação dos servidores públicos federais, nem na específica com os docentes. A nova lei determina valores nominais para a indenização de insalubridade e desvincula o benefício do vencimento base (VB).

Questionado pelas entidades, Paiva informou que esse assunto foi tratado no âmbito dos fóruns de saúde dos servidores. Segundo ele, a questão se refere à gestão de pessoal e não está relacionada com o acordo específico da categoria docente. O secretário foi enfático ao afirmar que o governo não mudará sua proposição.

Para o Sindicato Nacional, a posição do governo leva a um grave retrocesso de um direito social.

O prazo máximo para as discussões sobre a reestruturação da carreira docente é 31 de março do próximo ano.

Mudanças

Adua se abstém na votação da Política de Inovação Tecnológica da Ufam

Foto: Lídia Ferreira

**O Conselho Universitário (Consuni) passou mais de dez horas discutindo e criando a nova Política Institucional de Inovação Tecnológica da Ufam**

Em uma reunião que durou mais de dez horas, no dia 21 de setembro, os membros do Conselho Universitário (Consumi) da Ufam aprovaram uma proposta de Resolução que estabelece a Política Institucional de Inovação Tecnológica e de Proteção da Propriedade Intelectual. Antes do início das discussões, o presidente da Adua, Antônio Neto, manifestou a posição do sindicato, que é contrária à política nacional de inovação tecnológica, consubstanciada na Lei nº 10.973, de 2004, por considerá-la um estímulo à mercantilização e à desobediência aos princípios de uma universidade pública e autônoma.

O professor Antônio Neto leu uma carta aos conselheiros onde expressou essa opinião e justificou o motivo da abstenção da entidade na votação. “Mesmo reconhecendo os avanços, em termos regulatórios, na proposta de Política de Inovação Tecnológica apresentada pela conselheira Andrea Waichman, este foi um posicionamento que representou uma posição histórica do movimento docente, que é de lutar contra as tentativas de mercantilização e privatização na universidade”, disse o professor. Leia no box, a carta da Adua na íntegra.

Principais definições

Durante a reunião do Consuni, a proposta de política foi discutida ponto a ponto, com as novas sugestões sendo votadas ao final de cada intervenção. Um dos principais pontos da Política de Inovação Tecnológica e Proteção da Propriedade Intelectual aprovada foi a criação de uma pró-reitoria, proposta sugerida pelo conselheiro Antonio José (Tomzé) Vale da Costa, representante docente do ICHL, para executar a política, em substituição à proposta do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

Conforme o texto aprovado, a nova pró-reitoria será apoiada por uma Câmara de Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual. Haverá ainda, em sua estrutura, um Departamento da Gestão da Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência Tecnológica, um Departamento de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais, e uma Assessoria Jurídica. Para a conselheira Marina das Graças de Paula Araújo, representante docente da Faculdade de Direito, a mudança representa um avanço, haja visto que a Ufam ficou durante muito tempo sem discutir o tema e, conseqüentemente, sem tomar providências práticas. “A Lei de Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, que é a base para este documento da Ufam, tem raiz em 1985. Há tempos já deveríamos ter definido isso, mas devido a certa resistência de determinados grupos, fomos em-

perrando em burocracias. Demos o primeiro passo para o futuro”, afirmou.

A atual diretora do NIT, professora Socorro Chaves, ressaltou que a pró-reitoria será a primeira do país nas universidades federais. “Em todos os outros locais, há núcleos e setores, sem as possibilidades permitidas à uma pró-reitoria, para gerir esses assuntos. Com a mudança, haverá mais agilidade e autonomia nos processos de competência deste setor”, ressalta.

A previsão é que a nova pró-reitoria de Inovação Tecnológica, que terá uma assessoria jurídica exclusiva, seja inaugurada no primeiro semestre de 2012

A proposta aprovada ressalta que, entre outros pontos, as funções do novo órgão são gerenciar recursos financeiros das ações desse tema; avaliar produtos decorrentes de atividades e projetos realizados na Ufam; levar a registro de propriedade intelectual, quando achar pertinente; intermediar a celebração de contratos de licenciamento, de transferência de tecnologia e de parceria com terceiras entidades, para a outorga de direito de uso ou de exploração de criações desenvolvidas na Ufam. De acordo com a conselheira Marina, a previsão é que a nova pró-reitoria seja instalada no primeiro semestre de 2012. “Foi aprovada sem ter verba definida, por isso acredito que o processo levará este tempo”, ressalta. A reportagem tentou contato com a

reitoria da Ufam para a informação do prazo, mas não obteve sucesso.

Para a conselheira Sônia Maria Carvalho, diretora do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), uma das que mais fez sugestões ao texto, outro ponto de destaque da nova política é a criação de uma assessoria jurídica exclusiva para a pró-reitoria. “É uma área complexa em termos jurídicos, em especial por envolver também o âmbito internacional da propriedade intelectual. Para se ter uma ideia, existem, Brasil a fora, escritórios jurídicos dedicados exclusivamente a esta área. Cada caso tem sua especificidade, por isso é necessário esta cautela legal”, ressalta.

Outro tema bastante discutido entre os conselheiros foi a prestação de serviços da Ufam para instituições públicas e privadas. Sobre este ponto, a Resolução aprovada esclarece que fica facultado à Ufam prestar a instituições públicas ou privadas serviços compatíveis, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, podendo propor contraprestação financeira. O texto detalha ainda que os recursos financeiros gerados deverão ser aplicados, exclusivamente, em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O texto informa ainda que a percentagem dos recursos investidos na infraestrutura de pesquisa, ensino e extensão da Universidade não deve ser inferior a 30%, salvo quando este limite descumprir a legislação vigente ou representar risco de inviabilizar o projeto, o que deve ser objeto de parecer da Câmara de Inovação Tecnológica. “Isso gera uma autonomia autosustentável. É muito caro desenvolver tecnologia e inovação, bem como manter os direitos de

Declaração de Voto da ADUA

Conselheiro: Antonio Pereira de Oliveira, presidente da Adua

Senhora Presidente e Senhores Conselheiros: Solicitamos destaque geral para esclarecer a natureza da participação do representante da Adua neste Conselho, que se orienta pelas decisões nos fóruns do movimento docente nacional e local. Em função disso, para resguardar a entidade no âmbito de sua natureza e de sua perspectiva histórica, queremos fazer a nossa declaração de voto:

Considerando a importância desse debate e a posição que assumimos perante este Conselho na primeira reunião em que este tema foi posto;

Considerando a posição histórica do movimento docente – contrária a mercantilização e privatização do conhecimento – e, em âmbito mais restrito, sobre a Lei de Inovação Tecnológica, eixo fundamental da criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas universidades;

Considerando ainda que representamos neste Conselho a voz e o voto do movimento docente, o qual situa-se numa temporalidade histórica distinta das Instituições e, portanto, de seus administradores, os quais necessitam de instrumentos que regulamentem as atividades administrativas;

Declaramos, neste debate, mesmo reconhecendo os avanços, em termos regulatórios, na proposta de Política de Inovação Tecnológica, apresentada pela professora Andréa, que não temos como fugir – enquanto representante da Adua – ao compromisso histórico de continuar se opondo, por princípio, aos processos e decisões que apontem no sentido da mercantilização e privatização do conhecimento. Neste sentido, não votaremos pela aprovação da proposta. Vamos nos pautar pela abstenção.

propriedade intelectual. Este item permitirá a pró-reitoria gerar recursos para se manter independente da verba da universidade”, afirma a conselheira Sônia.

Regional

A Resolução aprovada tem uma especificidade relacionada à realidade regional amazônica. O texto prevê a proteção ao conhecimento tradicional associado, que foi definido como a “informação, prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou populações tradicionais não indígenas”, diz o texto. Outro ponto está relacionado aos empreendimentos econômicos solidários, que são descritos como organizações coletivas e suprafamiliares (cooperativas ou associações), que exercem a autogestão das atividades produtivas e da alocação de seus resultados. “É o reflexo da nossa responsabilidade, enquanto pesquisadores, de preservar o que é muito comum nas comunidades amazônicas, o conhecimento passado de geração a geração”, disse ainda a conselheira Sônia Carvalho. “Fechamos a política com um texto mais detalhado e redigido com mais respaldo jurídico”, completa.

Entrevista com professor Dr. Gilson Monteiro

Quem é o verdadeiro agressor?

Depois de dois anos e três meses de espera, o primeiro dia de setembro de 2011 reservou uma grata surpresa ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCCOM), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), professor Dr. Gilson Monteiro. Ele acordou com a informação, estampada nos jornais e portais de notícias, de que o processo de agressão movido contra o Amim Aziz, irmão do atual governador do Estado do Amazonas, Omar Aziz (à época da acusação, vice-governador), chegara ao fim. O Juizado Especial Criminal acatou proposta de acordo feita entre o Ministério Público Federal do Amazonas (MPF/AM) e o acusado: o pagamento do valor de R\$ 15 mil, em três parcelas e revertido à Ufam. Vinte e sete meses após a agressão sofrida em sala de aula, no dia 11 de maio de 2009, o docente relembra o caso, critica a atuação do MPF/AM, da Universidade e até da imprensa local, e questiona: quem é o verdadeiro agressor? Acompanhe a seguir entrevista concedida pelo professor ao Jornal da Adua.

Era a decisão que o senhor esperava? O senhor ficou satisfeito com o resultado do processo?

Nem um pouco. Do ponto de vista legal, a lei usada pelo MPF para embasar a proposta de acordo está correta. Mas, o valor me parece muito pouco para o tipo de agressão que sofri. Essa decisão foi covarde por parte da própria Universidade em ter aceitado e eu nem posso afirmar se ela assim o fez. Moralmente foi mais uma postura equivocada. Se ele ou alguém ligado a ele se sentiu ofendido, por que não me processar, por exemplo? Nós não vivemos num estado democrático de Direito? Ele invadiu a Universidade e rasgou a Constituição Federal, a Liberdade de Imprensa, todos os direitos. Tudo foi jogado no lixo, numa atitude insana, intempestiva, de invadir a Ufam. Não me assusta que quem está no poder fica mais embevecido por ele. Eu não tenho elementos para acusar o atual governador, à época vice-governador, mas me parece comum as famílias acharem que podem fazer tudo o que querem no Estado porque têm o poder nas mãos. Quando resolvi processar o Amim Aziz, a minha intenção foi tentar que a justiça fosse feita e esperava pelo menos o apoio da própria Universidade. Esperava que a instituição também entrasse com um processo,



“ **A Universidade não cumpriu a obrigação dela: garantir-me a integridade física, a integridade moral e a segurança...** ”

buscando indenização contra o agressor, mas a Ufam, nesse ponto, falhou feio, foi irresponsável e omissa, pois não tomou nenhuma atitude.

O senhor considera, então, que esse acordo foi unilateral, pois o MPF/AM não ouviu as partes interessadas?

Não sei se Universidade foi procurada para manifestar-se sobre o caso, só sei que eu não fui. Essa medida foi arbitrada pelo próprio Ministério Público, porque não sei de onde ele tirou essa ideia de que invadir uma universidade, agredir um professor, deixá-lo com 50% de perda auditiva – e isso não é caso de “lesão corporal leve”, pois estou com sequelas até hoje –, é passível de acordo desse tipo.

O senhor possui os laudos?

Os laudos estão todos anexados ao processo, que o advogado da Adua já teve acesso e está analisando. Eu pedi aditamentos dos laudos, porque o laudo feito pelo Instituto Médico Legal (IML) foi muito irresponsável. Não realizaram exames em mim, apenas preencheram uma ficha muito simples. A decisão deve ter sido tomada com base também nesse documento. Por isso, realizei exames numa clínica particular e pedi aditamento ao processo.

Nesse processo, a sua representação também foi própria? O senhor resolveu agir sozinho, como fez com os laudos?

Eu fiz a denúncia de agressão ao Ministério Público. Mas, a maior violência não foi só do agressor. Eu vejo uma violência extrema da própria direção da Universidade, em se apoderar de um valor desse tipo, ao informar sua conta. A Ufam sabia que se tratava do processo de agressão que eu sofri. Por várias vezes, a Reitoria foi incitada a manifestar-se sobre o caso. No dia 10 de maio de 2011, por exemplo, véspera dos dois anos da agressão, eu encaminhei um documento à Administração, pedido informações a respeito do caso. Pasmê! E no dia 28 de abril, o agressor já havia pago a última parcela da multa! Portanto, a punibilidade dele naquele processo já havia sido extinta.

E a Reitoria não se manifestou sobre o assunto, após as suas investidas?

Não se manifestou.

Na sua avaliação, esse seria um caso de violência institucional?

É uma violência institucional, sim. Uma Reitoria que se manteve calada em todas as vezes que foi incitada é porque aceitou o acordo. Essa é a grande violência. Ou seja, me senti completamente sozinho, desprotegido. A única entidade que ainda se manifestou, fez uma passeata, obrigou praticamente o reitor à época a publicar uma nota foi a Adua. No mais, fiquei

solitário na briga, esperando o tempo passar... A Universidade não cumpriu a obrigação dela: garantir-me a integridade física, a integridade moral e a segurança no meu local de trabalho. E se não garantiu, sabendo que a Ufam foi invadida, a Reitoria deveria ter reagido. Do ponto de vista simbólico, quando a instituição não diz nada, não se manifesta, não toma nenhuma providência, significa que ela está sendo conivente com a agressão. Qualquer que fosse o reitor, não interessava se fosse o meu adversário em disputas pela reitoria, deveria ter se sentido também agredido.

Em um blog de sua autoria, o senhor diz ter sentido “nojo e revolta com o silêncio da Ufam”, que, aliás, esse é o título de um dos artigos publicados sobre o caso. Por que esse sentimento?

Veja bem: se você tem um filho e algum desconhecido entra na sua casa, dá uma surra no seu filho e você não toma nenhuma atitude, me parece que significa que você é conivente, que você aceitou a agressão. Você acha que aquele filho merece a punição do agressor! É assim que me sinto em relação à Ufam. Enquanto a Reitoria não me der uma boa resposta, eu vou sentir que cada soco daquele, do senhor Amim Aziz é um soco da Administração Superior.

Nenhum outro departamento acadêmico deu apoio à sua causa?

Não, mas eu esperava mais, sinceramente. Esperava que em qualquer situação dessas todas as unidades do interior, cada unidade acadêmica da sede fizesse uma manifesto, em caráter de revolta, pela invasão à Ufam. Mas, nesse caso, o silêncio da Reitoria reflete o próprio silêncio da comunidade universitária, que curvou os joelhos diante do poder do Estado. Então, como é que a Ufam pode cobrar autonomia universitária do governo federal se ela não tem autonomia nem diante do poder do Estado do Amazonas, do poder estabelecido, do governo estabelecido, qualquer que seja o governo?

No mesmo blog administrado pelo senhor, há a informação que o Departamento de Comunicação Social (Decom) da Ufam tomou recentemente uma decisão política: recusou o valor da multa determinada pelo juiz. Como o senhor avalia essa decisão?

Foi uma decisão histórica! Pela primeira vez, depois daquele episódio, me senti protegido dentro da Ufam. Me senti em casa. O Departamento de Comunicação, em outras palavras, disse: “não me responsabilizo pelo que o professor Gilson Monteiro disse em sala de aula, mas é inadmissível que alguém invada esse espaço e agrida, física e verbalmente, um professor dentro desta instituição”. Era o que esperava, repito, da Administração Superior.



“ **O silêncio da Reitoria reflete o próprio silêncio da comunidade universitária, que curvou os joelhos diante do poder do Estado** ”

Se o Decom recusou o valor e a quantia já foi paga, onde está esse recurso?

Não faço ideia, mas deve estar nos cofres da Universidade. Aliás, a mensagem que fica é essa: um professor agredido dentro da Instituição vale R\$ 15 mil. Quem pagar pode vir aqui e agredir à vontade, basta ter a quantia necessária para a multa.

Diante desse fato, o que o senhor pretende fazer daqui em diante?

Vou continuar com os advogados estudando o processo, para entrar com uma representação contra a própria Ufam. Eles estão estudando e vão tomar alguma atitude. Em relação ao processo, ele terminou. A não ser que haja uma posição, não sei se é possível, de anulação da decisão do MPF e desse acordo. Do ponto de vista criminal, vou entrar com um pedido por danos morais. E, do ponto de vista político, esse processo deu start a uma nova reação aqui dentro da Universidade.

Para o senhor, a Ufam se comprometeu ao fornecer os dados de sua conta bancária e não ter participado de sequer ao interessado?

A Reitoria ficou em silêncio toda vez que eu pedi informação. A omissão e a conivência são a segunda grande agressão, e mais violenta ainda, porque vêm exatamente de quem deveria nos proteger. O Ministério Público Federal também deveria nos proteger e não propor um acordo desse tipo para um agressor. É muito estranho que a Universidade não saiba de onde vem o recurso de depósito em sua conta. Não é estranho?

Se a Universidade sabia que o dinheiro era fruto de uma negociação, ela poderia, em sua opinião, recusar-se a liberar os dados?

Como já falei, naquele 10 de maio, eu expedi um ofício cobrando um posicionamento da instituição e ela não tomou nenhuma providência, não me respondeu nada. Isso é que me causa estranheza. É uma questão política? É porque eu fui candidato a reitor, duas vezes, contra esse grupo que está aí? Eu não sei. Eu queria ter uma resposta. “Professor Gilson, nós não temos nenhuma informação”, poderiam ter respondido. O ruim é não ter o retorno. O Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) também cobrou posicionamento da Universidade no dia 01 de outubro de 2010, solicitando resposta a respeito do caso. A Administração Superior nunca se dignou a responder nenhum dos ofícios emitidos por mim ou pelo Instituto.

O senhor recorda das circunstâncias em que se deu esse episódio? Sobre o que o senhor estava falando exatamente naquele dia?

A gente comentava a questão da retirada do nome do atual governador da CPI [da Pedofilia] e eu passei a falar sobre um capítulo da minha tese que trata sobre o atrelamento dos meios de comunicação ao poder do Estado. Mas os jornais fizeram um “auê” danado, dizendo que eu estava acusando todos de estarem vendidos. Aliás, eu não preciso afirmar nada disso: basta acompanhar a cobertura de então e de agora, sobre o caso. Agora, na imprensa local, saíram manchetes mentirosas dizendo que o professor Gilson tinha recebido R\$ 15 mil do irmão do governador. Isso é uma grande mentira! É muito estranho que os profissionais de imprensa não façam nenhum tipo de verificação, apuração das matérias e, ao contrário, publiquem release encaminhado pela Assessoria de Imprensa do MPF/AM e ainda com uma manchete dessas! Também foi uma violência da imprensa contra mim, que sou professor de jornalismo, e contra a sociedade.

A respeito deste fato, o senhor pretende adotar alguma medida?

Com a imprensa do Amazonas não dá pra gastar nenhum dinheiro, porque aqui a prática do jornalismo está cada vez mais difícil. A gente tem todo um trabalho dentro dos cursos, de tentar fazer com que os alunos acompanhem, discutam os assuntos. Mas, aqui o exercício da liberdade é bem limitado. O exercício da liberdade e da independência, não só para a imprensa mas para os cidadãos, principalmente os professores, é limitado por um Estado que tem mecanismo de controle do próprio Estado. E é um controle tão grande que cala até a Universidade Federal do Amazonas.

Pode-se deduzir que esse caso é a comprovação de que a imprensa tem mordada? Ou seja, ela não “mexe” com quem está no poder?

A imprensa simplesmente utilizou um release e atribuiu um título deveras mentiroso. Não é nem o que diz o próprio release, fato mais estranho ainda. O que fazer numa situação dessas: entrar com processo por danos morais contra os jornais?

“ **A omissão e a conivência são a segunda violência, e mais forte ainda, pois vêm exatamente de quem deveria nos proteger** ”



Artigo

Urgência na saúde

Paulo Kliass

Ao longo do processo de reconstrução da ordem político-institucional, no período que sucedeu ao fim da ditadura militar, o Brasil ofereceu ao mundo um exemplo significativo de arranjo na ordem social. Caminhando na contracorrente de todo o movimento desregulamentador e mercantilizador que se apoiava nas idéias e propostas do chamado neoliberalismo, os consensos construídos para a votação do texto da nova Constituição no final da década de 1980 tentavam recuperar as propostas de um Estado de Bem Estar Social.

No caso específico da saúde, o processo também chama a atenção, principalmente se analisado numa perspectiva histórica e levando em consideração as dificuldades ideológicas daquele momento. Mas o fato é que a defesa de um modelo de saúde que fosse público e de atendimento universal ultrapassou os muros da polêmica político-partidária, em função da atuação fundamental de uma articulação que passou a ser conhecida como “PS” – o chamado “partido dos sanitaristas”.

Reunindo políticos de diversas orientações e filiações, sua ação unitária dava-se na defesa do modelo que veio a ser incorporado ao texto constitucional, entre os capítulos 196 e 200, que trata justamente da Seção da Saúde, no Capítulo da Seguridade Social. O Brasil apresentava ao mundo o Sistema Único de Saúde – SUS, com base naquilo que havia sido construído a partir da articulação de distintos setores da sociedade interessados em montar um sistema de natureza pública, com um amplo atendimento, com financiamento público e fundado num sistema federativo de repartição de atribuições e recursos. Apesar de sintético, o texto dos 5 capítulos é bastante claro quanto às intenções dos representantes na Constituinte. A seguir, alguns exemplos:

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

“O sistema único de saúde será financiado (...) com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes” [1]

Porém, as dificuldades começaram já mesmo a partir da implementação do modelo do SUS. Havia – e ainda há! – uma série de questões complexas a serem solucionadas, tais como: i) a garantia de fontes orçamentárias de financiamento; ii) a definição clara da repartição entre as atribuições e as origens de recursos entre União, Estados e



Municípios; iii) os limites e as tangências entre a presença do setor privado e o setor público na oferta de serviços de saúde; entre outras. Exatamente por estar sendo construído num período em que o paradigma hegemônico da ordem social e econômica no mundo era baseado na idéia da supremacia absoluta do privado sobre o público e na tentativa de reduzir a presença do Estado a

O momento atual é de defesa do SUS como modelo inspirador para uma rede pública para a saúde, com atendimento universal e gratuito

uma dimensão mínima, o SUS já nasceu sendo bombardeado por setores comprometidos com tal visão reducionista das políticas públicas. Os conceitos teóricos que algumas correntes da economia haviam criado em torno da idéia de bens públicos (saúde, educação, saneamento, etc) sofreram forte oposição e a idéia de transformar todos esses direitos da cidadania em simples mercadoria passou a ganhar força. O mercado privado atuante na área da saúde recebeu grande impulso, a partir da idéia de “complementaridade” ou “suplementaridade” à ação do Estado. Ao lado das antigas e tradicionais instituições da filantropia, cresceu bastante a atuação de grupos empresariais privados, que passam a operar no setor com a lógica pura e simples da acumulação de capital e da obtenção de lucros. E o acesso a esses hospitais, maternidades,

laboratórios, centros clínicos passa a contar com a sofisticação dos planos privados de saúde e os seguros de saúde. Tudo baseado em preços, contratos, condições, exceções, carências e outros elementos que confluem para reduzir a despesa e aumentar a receita. A saúde deixa cada vez mais de ser um direito e se transforma numa mercadoria.

O fato é que pouco a pouco vão sendo reduzidos os gastos estatais com a saúde, enquanto que os gastos privados passam a crescer a cada ano. A política de ajustes fiscais a qualquer custo – que se tornou mais evidente a partir do Plano Real, em 1994 – terminou por estrangular os orçamentos da seguridade social como um todo, aí incluído o drama da saúde. Assim, em 1997 o governo federal acaba por lançar mão de um tributo específico e emergencial para dar conta da falta de recursos orçamentários para essas áreas. Foi aprovada a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas parte dos recursos ficava retida para contingenciamento e outros dribles com objetivo de contribuir para o superávit primário. Após compartilhar a dotação com previdência e assistência social, menos da metade dos recursos ficava com a área da Saúde.

Esse tributo resistiu por quase dez anos, quando foi finalmente suspenso em 2007, em votação ocorrida no âmbito do Congresso Nacional. Desde 2008, contudo, tramita no legislativo um projeto para recriar uma fonte específica para a Saúde (não mais para o conjunto da Seguridade Social). O princípio é bastante semelhante à CPMF: trata-se da Contribuição Social para a Saúde (CSS).

Tal tributo incidiria sobre as transações financeiras, a exemplo da anterior, mas teria uma alíquota inferior: 0,10% ao invés de 0,38%. Alguns especialistas já apontam a necessidade de um índice mais elevado, dada a urgência de recursos para o SUS. De qualquer maneira, o mais importante é assegurar que as verbas sejam direcionadas para o gasto na ponta do sistema e não fiquem esquentando o caixa do Tesouro Nacional para formar o superávit primário e pagar os juros da dívida.

A situação é de extrema urgência! Caso contrário, corre-se o risco da saúde sofrer processo análogo ao do ensino fundamental e médio. Ao longo das últimas décadas, em razão do sucateamento da rede pública de ensino, setores expressivos da classe média passaram a optar por estabelecimentos privados de educação para seus filhos. A rede pública, salvo raras exceções, padecia de falta de verbas, com baixo investimento na construção, equipamento e, principalmente, no estímulo aos professores. Estes setores médios tendem a ser vistos como “caixa de ressonância da opinião pública” e com maior capacidade de pressão sobre os representantes políticos.

O momento atual é a defesa do SUS como modelo inspirador para uma rede pública para a saúde, com atendimento universal e gratuito. Um direito de cidadania, um dever do Estado. É claro que muito ainda há para ser realizado no sentido de aperfeiçoar a sua gestão, com o intuito também de reduzir as perdas do sistema. O mesmo vale para a necessidade de redefinir os cálculos dos gastos com saúde, tal como previsto pela famosa Emenda Constitucional nº 29, que estabelece percentuais orçamentários mínimos para que os governos federal, estaduais e municipais apliquem no sistema. E também para introduzir maior grau de justiça social na forma de apropriação dos recursos, inclusive físicos do SUS. E aqui entram aspectos como a atual renúncia tributária para setores que gastem com saúde privada, o uso descontrolado da rede privada dos setores de excelência da rede pública nas áreas de alta complexidade a baixo custo, as facilidades de isenção tributária para os grupos empresariais que operam no sistema privado de saúde, entre tantos outros aspectos.

Enfim, as tarefas são muitas e complexas. Mas a urgência do momento é assegurar, no mínimo, condições para o funcionamento do SUS. E para tanto, torna-se essencial a aprovação de uma fonte específica de recursos orçamentários para a Saúde.

Paulo Kliass é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e doutor em Economia pela Universidade de Paris 10.

(publicado integralmente no Correio do Brasil, em 19/9/2011).

Tragédia

Uma década depois e o 11/9 desperta cada vez mais desconfiança na opinião pública mundial

Gilberto de Souza e Marcelo Perongini

Até agora, mesmo depois de uma década do maior atentado já sofrido por norte-americanos no país deles, todos os fatos corroboram o projeto intitulado Um Novo Século para os EUA (The Project for the New American Century), lançado um ano antes da série de acontecimentos que deram origem ao 11 de Setembro. Segundo o relatório, após a queda do Muro de Berlim os EUA precisariam de um novo inimigo a combater, uma vez que 'o fantasma do comunismo' teria sido exorcizado com o fim da União Soviética.

"Além disso, o processo de transformação (social), mesmo que provoque mudanças revolucionárias (para a implantação global do capitalismo e da Pax norte-americana), tem a probabilidade de ser longo, isso se não houver alguns eventos catastróficos e catalisadores – como um novo Pearl Harbor", diz o documento, um ano antes da queda do World Trade Center (WTC).

"(O que exigimos é) um aparato militar forte e pronto a atender ambos os desafios, presentes e futuros; uma política externa que com ousadia e propositadamente promove os princípios norte-americanos no exterior e, em nível nacional, eleve uma liderança que aceite os Estados Unidos com todas as suas responsabilidades globais", acrescenta o relatório assinado por William Kristol, Robert Kagan e Devon Gaffney Cross, três republicanos de alta patente, todos eles ligados às facções mais à direita do partido, conhecida como Tea Party, e íntimos colaboradores do ex-presidente George W. Bush.

O Projeto para o Novo Século Norte-Americano se travestiu de organização educacional sem fins lucrativos, dedicada a incutir "algumas proposições fundamentais: que a liderança norte-americana é boa tanto para a América do Norte e para o mundo, e que tal liderança exige força militar, diplomática de energia e compromisso com o princípio moral. O Projeto pretende, através de boletins temáticos, trabalhos de pesquisa, o jornalismo dirigido aos interesses da instituição, con-

ferências e seminários, explicar o que implica a liderança mundial norte-americana. Ele também se esforçará para conseguir apoio para uma política vigorosa e de princípios de participação internacional norte-americana e para estimular o debate público sobre política externa e de defesa e papel da América do Norte no mundo", diz o prólogo do estudo.

O republicano William Kristol, de 59 anos, é um ferrenho adepto do Tea Party e atua como analista político e comentarista da rede norte-americana de TV Fox News, maior ponto de apoio da Era Bush para as guerras no Iraque e no Afeganistão. Ele também é o fundador e editor da revista política The Weekly Standard, que defende as ideias mais radicais da direita norte-americana. Seu colega e copatrocinador do relatório, Robert Kagan se formou na Universidade de Yale e foi integrante da ordem ocultista Skull and Bones, berço dos Illuminati, uma ordem de líderes da extrema-direita com objetivos difusos, mas todos voltados à supremacia da raça branca e dos princípios republicanos. Ele foi o consultor político para assuntos internacionais na campanha derrotada de John McCain.

O terceiro signatário do documento é Devon Gaffney Cross, integrante da diretoria do Lincoln Group, organização formalmente conhecida como Iraqex, voltada para os assuntos referentes à 'reconstrução' daquele país, devastado pela guerra iniciada logo após os eventos do WTC. Ele atua, em Washington, D.C., com as operações militares dos EUA no Iraque,

O Projeto para o Novo Século Norte-Americano se travestiu de organização educacional sem fins lucrativos, dedicada a incutir de que a hegemonia americana é boa para os americanos e o resto do mundo

principalmente na área de Relações Públicas. Em 2005, uma reportagem do Los Angeles Times revelou que a Iraqex detinha um número não inferior a US\$ 100 bilhões em contratos de propaganda, desenvolvimento de produtos e de estratégias comerciais, distribuição e logística entre outros.



Divulgação

Denúncias de fraude

O presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, não é o que se pode considerar um hóspede bem-vindo nos EUA, mas no ano passado ele fez por onde merecer o ódio dos republicanos. Em plena sessão plenária das Nações Unidas, disse com todas as letras o que cineastas, jornalistas e parlamentares às centenas já apregoam nas redes sociais há uma década e acusou a direita norte-americana de promover a maior fraude de todos os tempos com os supostos atentados às Torres Gêmeas.

Já em 2004, o cineasta Michael Moore produziu um especial

sobre o 11 de Setembro. O filme tem cerca de duas horas e lotou as salas de exibição nos Estados Unidos e nos demais países onde foi exibido. Originalmente ele foi produzido por uma empresa filiada à Disney Produções, contudo, a empresa se recusou a exibi-lo, quando viu o resultado final. A recusa é fácil de entender porque a Disney tem sua sede na Flórida, Estado que confere várias isenções fiscais e o irmão do presidente Bush, Jeb, era o governador do Estado.

Michael Moore venceu a batalha. A Disney manteve sua posição de não exibir o filme, mas concordou em vendê-lo para outra produtora. O documentário trazia denúncias gravíssimas sobre como o presidente Bush levou o Congresso e as pessoas a pensarem que Saddam Hussein teria alguma coisa a ver com os atentados em Nova Iorque. Mas o enfoque principal do filme é

uma bomba para George W. Bush. Ele diz claramente que a família Bush teria negócios com a família Bin Laden.

É exibida uma relação de vôos que saíram dos EUA com destino à Arábia Saudita levando 24 pessoas da família de Osama Bin Laden, no dia 13 de setembro, mesmo com a proibição de todos os vôos nos dias seguintes ao atentado. A Halliburton, empresa que o vice-presidente, Dick Cheney, presidiu por cinco anos também é citada. Várias pessoas dão depoimento sobre os enormes lucros que a empresa obteve desde que os EUA invadiram o Iraque.

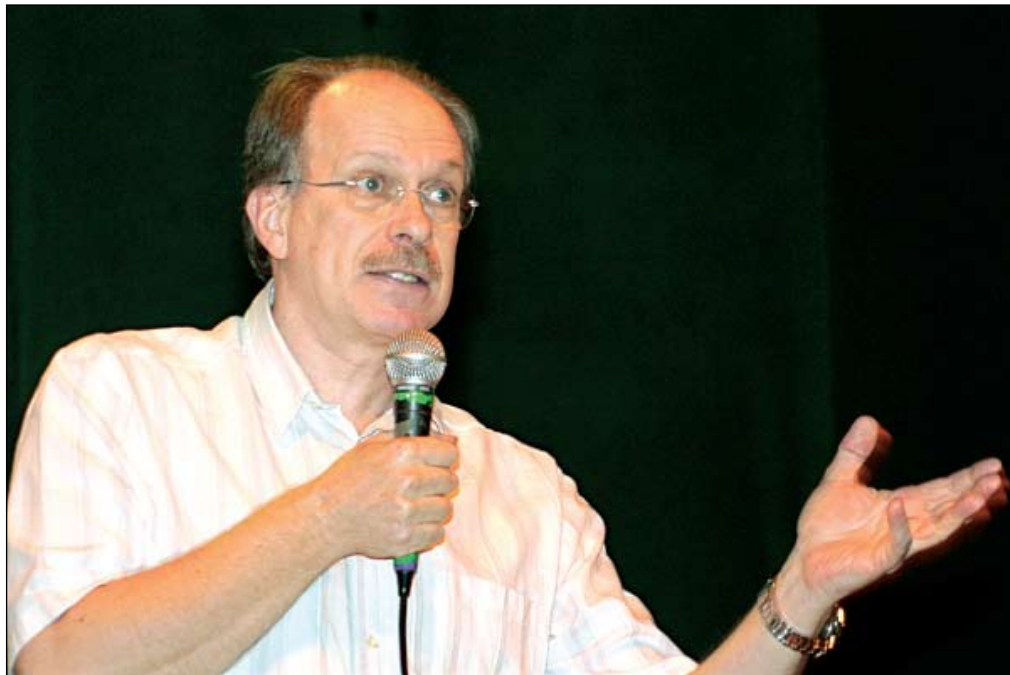
Cenas de iraquianos mortos e feridos dão o toque chocante do filme. Há uma passagem que mostra o terror de uma família que tem sua casa invadida no meio da noite por marines. O presidente é mostrado vezes como um idiota completo, vezes como incompetente e outras vezes como alienado. Os soldados norte-americanos também dão declarações. Eles mostram o CD de música que é colocado nos tanques de guerra e a música é transmitida para o capacete. Ao melhor som do heavy metal eles dizem que isso os excita a atacar o inimigo. O documentário faz sérias denúncias e faz com que quem o assiste pense várias vezes sobre os motivos e as consequências da guerra.

Outras tantas produções se esmeram em mostrar como as Torres Gêmeas foram implodidas, junto com o edifício ao lado, o WT7 (este sequer foi tocado por um avião), logo após o lançamento dos aviões nos edifícios. Da mesma forma, tentam provar que o Pentágono, em Washington DC, foi atingido por um míssil e não por um avião. Um dos documentários chega a mostrar o repórter da rede norte-americana de TV CNN dizendo que "não há asas" nos restos em chamas do petardo que acertou uma área em construção do complexo militar norte-americano.

Gilberto de Souza e Marcelo Perongini são repórteres do Correio do Brasil e construíram o artigo com informações de agências internacionais do Rio de Janeiro, Roma e Nova York. (publicado originalmente em 09/09/2011)

PLS 518/2009

Foto: Andes-SN



Para o vice-presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch, a mudança é inviável pois o PNE prevê união das três esferas em prol da educação

Andes-SN e Adua criticam ensino superior gerido pelo MCT

O Andes-SN e a Adua fazem duras críticas ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 518/2009, aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado, no último dia 21 de setembro. O PLS transfere a responsabilidade pelo ensino superior no país do Ministério da Educação (MEC) para o da Ciência e Tecnologia (MCT).

De autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o PLS propõe transformar o atual MEC em Ministério da Educação de Base. Na justificativa do projeto, o parlamentar alega que a educação básica encontra-se relegada a segundo plano na estrutura organizacional do governo federal. “A mudança trata a educação superior como um locus unicamente de pesquisa, relegando a segundo plano o ensino e a extensão. O que revela certa desconsideração em relação à contribuição fundamental que as universidades dão na formação de professores para atender os outros níveis educacionais. Por outro lado, isso certamente vai implicar em uma drástica mudança nas formas de financiamento da educação superior”, disse o presidente da Adua, Antônio Neto.

O parecer aprovado pela CCT aponta ainda que “o MEC concentra hoje todas as competências relativas à educação, tanto de nível básico quanto superior. Contudo, o poder político, a capacidade de organização, a visibilidade e a proximidade com a elite do segmento voltado ao ensino superior fazem com que o MEC concentre sua atenção e seus recursos nessa área, em detrimento do

conjunto da educação básica”.

Com a mudança, toda a estrutura do MEC com atuação voltada ao ensino superior (secretarias, departamentos, autarquias, fundações e empresas públicas) será transferida para a o MCT. Apenas o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnede) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) permanecem na pasta da Educação.

O PLS 518/2009 segue agora para apreciação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), esta última em caráter terminativo. Se aprovado nessas comissões, segue para votação no plenário da Câmara.

Para o ANDES-SN, a mudança proposta pelo PLS 518/2009 vai contra o projeto construído pelos educadores brasileiros para o Plano Nacional da Educação (PNE), que prevê a integração da Educação, em seus diversos níveis. “A plataforma construída desde a década de 90 para o PNE, no espaço do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, está organizada em torno da visão de que deve haver um sistema educacional no país articulando todas as esferas, todos os graus de ensino e todas as modalidades educacionais. Essa luta confronta com a idéia de fragmentar graus de ensino em ministérios diferentes. A responsabilidade do governo federal de exercer o papel articulador, já ficará segmentada dentro dele mesmo com a divisão proposta no PLS 518/2009”, observa Luiz Henrique Schuch, vice presidente do Sindicato Nacional.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/08/2011 a 31/08/2011

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	RECEITAS	44.764,33	44.850,48	100,00%
1.1	Contribuição dos Associados	43.542,90	43.491,90	96,97%
1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	1.180,35	1.320,08	2,94%
1.3	Receitas com Reprografia	41,08	38,50	0,09%
2	DESPESAS	34.420,17	61.053,91	100,00%
2.1	PESSOAL	8.759,08	10.501,66	17,20%
2.1.1	Salários	6.163,41	8.826,66	14,46%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.240,00	1.675,00	2,74%
2.1.3	Férias (Kelly)	1.355,67	-	0,00%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	2.659,38	2.786,64	4,56%
2.2.1	Contribuição INSS	2.050,87	2.176,38	3,56%
2.2.2	Contribuição FGTS	512,65	542,45	0,89%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	64,08	67,81	0,11%
2.2.4	IRRF s/Folha de Pagamento	31,78	-	0,00%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	4.030,00	2.325,00	3,81%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	-	0,00%
2.3.2	Serviços de Distribuição de Jornais/Eventos	60,00	90,00	0,15%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,46%
2.3.4	Serviços de Bolsa de Estagiário	800,00	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Assistência Médica	-	30,00	0,05%
2.3.6	Serviços de Manutenção Elétrica	-	40,00	0,07%
2.3.7	Serviços de Limpeza/Manutenção	870,00	665,00	1,09%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	1.090,00	5.190,00	8,50%
2.4.1	Serviços de Confecção de Faixas	-	900,00	1,47%
2.4.2	Serviços Gráficos	-	3.200,00	5,24%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.090,00	1.090,00	1,79%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.354,94	10.494,58	17,19%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional/CONAD	8.741,12	8.880,76	14,55%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	215,25	215,25	0,35%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	349,64	349,64	0,57%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.048,93	1.048,93	1,72%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGEM	1.680,00	21.166,15	34,67%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	-	17.124,91	28,05%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	1.680,00	4.041,24	6,62%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	2.403,00	3,94%
2.7.1	Aquisição de Divisórias/Mão de Obra	-	2.403,00	3,94%
2.8	BENS DE CONSUMO	5.829,38	6.169,49	10,11%
2.8.1	Telefone	783,60	724,75	1,19%
2.8.2	Correios/Malotes	1.030,90	868,30	1,42%
2.8.3	Combustível	270,00	365,00	0,60%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	-	184,00	0,30%
2.8.5	Materiais Hidráulicos	23,61	-	0,00%
2.8.6	Refeições e Lanches	-	712,65	1,17%
2.8.7	Material de Expediente/Limpeza	61,83	829,66	1,36%
2.8.8	Assinatura Provedor/Internet	166,02	157,34	0,26%
2.8.9	Cartório(Cópias/Autenticações-Reg.da Ata de Posse/Balanco)	10,80	-	0,00%
2.8.10	Cartuchos e Toner de Tinta	-	438,00	0,72%
2.8.11	Materiais Elétricos	-	35,00	0,06%
2.8.12	Manutenção no Purificador de água	-	190,00	0,31%
2.8.13	Despesas com Eventos	3.482,62	1.664,79	2,73%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	17,39	17,39	0,03%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	17,39	17,39	0,03%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		47.505,67	57.849,83	
RECEITAS		44.764,33	44.850,48	
DESPESAS		(34.420,17)	(61.053,91)	
RESULTADO OPERACIONAL		57.849,83	41.646,40	
Banco do Brasil S/A C/C		37.253,78	21.383,45	
Aplicação Banco do Brasil		153.946,23	155.266,31	
CAIXA		16,93	38,75	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		191.216,94	176.688,51	

espaço cultural

A 6ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul, que irá percorrer 27 cidades brasileiras, será exibida em Manaus no período de 13 a 19 de outubro, no Teatro Gebes Medeiros. A entrada é gratuita. A programação reúne 47 filmes, representando dez países sulamericanos. Entre os destaques estão três pré-estreias de longas brasileiros: “Quem Se Importa”, de Mara Mourão, “Céu Sem Eternidade”, de Eliane Caffé e “E A Terra Se Fez Verbo”, da cineasta Érika Bauer. A mostra conta ainda com clássicos como “Central do Brasil” (Walter Salles, 1998), entre outros filmes. O evento terá acessibilidade garantida em sessões com audiodescrição. A programação completa está disponível no site www.cinedireitoshumanos.org.br.

Cinema

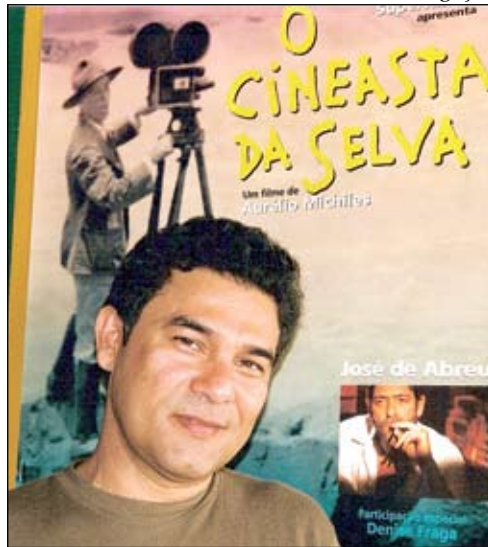
Mostra Etnográfica acontece de 21 a 27 de outubro

A 5ª Mostra Amazônica do Filme Etnográfico, organizada pelo Núcleo de Antropologia Visual da Ufam (Navi/Ufam), terá a abertura oficial no dia 21 de outubro, a partir das 19h, no Palacete Provincial, centro de Manaus. O evento segue até o dia 28, com uma programação intensa, incluindo mostras (competitiva e paralela), oficinas e palestras, tudo gratuitamente.

Durante a abertura, haverá exibição dos filmes “Davi contra Golias” (1994) e “O Brasil Grande e os Índios Gigantes” (1995), ambos da autoria do cineasta amazonense Aurélio Michiles, homenageado desta edição. “Estas obras possuem temática indígena e, ao mesmo tempo, funcionam como referência também aos 50 anos do Parque Nacional do Xingu, celebrado este ano”, ressalta a coordenadora do Navi, professora Selda Vale. A Mostra Competitiva será realizada de 22 a 26, sempre às 19h, no Teatro Gebes Medeiros. Conforme a professora Selda, os filmes escolhidos pela curadoria abordam temas amazônicos, mesmo que não tenham sido produzidos na região, com foco principal nos processos sócio-culturais de povos da Amazônia. “O conceito de filme etnográfico ultrapassa a questão da natureza, dos animais... passa pelo elemento humano”, explica.

A programação acadêmica será realizada na Casa Ivete Ibiapina, na Rua 10 de julho, no centro de Manaus. No dia 22, das 14h às 18h, será ministrada a oficina “Montagem de Filme Documentário”, pela docu-

Foto: Divulgação



O cineasta amazonense Aurélio Michiles é o homenageado da V Mostra Etnográfica

mentarista paulistana Cristina Amaral e o minicurso “Criatividade no Documentário”, com a mineira Junia Torres. No dia 23 essas atividades continuam, sendo que serão oferecidas em dois horários: pela manhã, das 9h às 12, e pela tarde, das 14h às 18h.

Além da mostra competitiva e dos cursos, o sábado, dia 22, será marcado pela palestra de Marco Antonio Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), seguido de lançamento de livro. O tema é sobre “Devires Imagéticos” e o evento será realizado na Livraria Valer, a partir das 9h. Em seguida, às 11h, haverá a abertura da Exposição de fotos de Silvino Santos, no

Museu Amazonico da Ufam. Tanto o Museu como a Livraria se estabelecem na rua Ramos Ferreira.

A mostra paralela com filmes do homenageado ocorre em vários pontos. No dia 24, às 16h, haverá a exibição de “Gráfica Utópica” (2003) e “Lina Bo Bardi” (1993), na Casa Ivete Ibiapina. No dia seguinte, 25, às 12h30, no projeto Cine e Video Tarumã da Ufam, no Campus Universitário, será apresentado o filme “Que Viva Glauber!” (1991), com a presença do diretor Aurélio Michiles. Ainda no dia 25, o homenageado da mostra participa da sessão do filme “Teatro Amazonas” (2002), na Sala Ivete Ibiapina, às 16h e, de lá, segue para a Uninorte, onde serão exibidos “Guaraná, Olho de Gente” (1982) e “Sangue da Terra” (1983), por volta das 19h. No dia 26, Aurélio Michiles volta ao projeto Cine e Video Tarumã da Ufam, às 12h30, onde a sessão contará com o filme “A Árvore da Fortuna” (1992). No mesmo local e horário, no dia 27, haverá exibição do filme “Gráfica Utópica” (2003). Ainda no dia 26, os filmes “Davi Contra Golias” (1994) e “O Brasil Grande e os Índios Gigantes” (1995), serão exibidas na Casa Ivete Ibiapina, a partir das 16h.

O encerramento da mostra será na noite do dia 27, a partir das 19h, com a premiação dos vencedores da Mostra Competitiva e a exibição do filme de maior sucesso do homenageado “O Cineasta da Selva” (1997), em que registra o cinema do pioneiro na Amazônia Silvino Santos. A sessão de encerramento ocorre no Teatro Gebes Medeiros, na avenida Eduardo Ribeiro.

Vale a pena ver

Tomzé Costa



DVD: **Biutiful**
México/Espanha, 2010.
Drama, 147 min.
Direção: Alejandro González Iñárritu
Distribuição: LK Tel

Quando se chega ao final de assistir a **Biutiful**, estamos ainda inundados de sensações que nos causam apreensão, desconforto e tristeza. O personagem Uxbal, vivido de forma brilhante por Javier Bardem, é um homem frente a um dilema intransponível: como se preparar para a morte que se aproxima rápida, e também preparar seus dois filhos pequenos, quando vive uma vida de negócios ilícitos (ele agencia imigrantes chineses) e envolta em perigos constantes? Ainda que sua vida seja cheia de sobressaltos, mesmo assim seu desejo de viver é quase obsessivo, por amor aos filhos. Uxbal é um homem que luta para conseguir conciliar sua vida familiar, o amor, o crime, a culpa e a mortalidade, enquanto perambula pelo submundo de Barcelona. Uxbal não tem escapatória; vive um mundo desestruturado, onde as forças sociais parecem minimizá-lo e reduzi-lo. É nesse momento que percebemos a mão forte da direção de Alejandro Iñárritu para acentuar esse caos.

Se o cinema de Iñárritu deixou de lado as histórias múltiplas e a montagem frenética que causaram sensação em “Amores Brutos”, seu filme de estréia, aqui ele continua sua narrativa circular, com a presença da morte sempre por perto, mas agora centrada num único personagem. Mas um personagem-chave para todos os dilemas da trama. E para viver esse personagem somente um grande ator poderia incorporá-lo com maestria: Javier Bardem. Ele parece se apropriar da vida dos personagens que vive na tela, embarcando em sua essência, deixando sua própria vida para praticamente se materializar em outra pessoa. No filme, Bardem vive à exaustão o drama de Uxbal. Injustamente, não levou o Oscar neste ano, mas Cannes soube reconhecê-lo.

O título é de uma ironia atroz, pois a vida de Uxbal e de todos que o cercam não tem nada de biutiful, como escreve sua filha. O que vemos - e que parece custamos muito a refletir - são situações degradantes e ultrajantes a que estão submetidas parte das pessoas que tenta sobreviver num mundo de economia globalizada. Essa crítica política e social, que já se apresentava em “Babel”, aqui volta a transparecer e recolocar a questão da necessidade de uma sociedade mais justa. Mas, como vivê-la se a solidariedade, por exemplo, não é mais um valor ético na sociedade atual? Na sua particularidade, Uxbal sabe que não há saída. E a morte, ainda que não desejada, se apresenta como uma.

Em suma, **Biutiful** é um soco no estômago, no sentido de se sentir a dor. O público mais sensível não deixará de refletir sobre a dor que é passada pelo personagem (e o diretor) quando sabe que seu “prazo de validade” está vencendo, está próximo e ainda há muito a fazer. Como acontece com todos nós...

Tomzé Costa é jornalista e professor da Ufam; é responsável pela edição do *Jornal da Adua*.

Vale a pena ler

Susy Freitas



Livro: **O último magnata**
Autor: F. Scott Fitzgerald
Editora: L&PM
Nº de páginas: 253
Valor: R\$ 16,00

Que o leitor não se deixe enganar: **O último magnata** é um livro que termina no meio da trama. Seu autor, o norte-americano F. Scott Fitzgerald, morreu sem concluir a obra aos 44 anos. Apesar disso, o livro é tido como um dos mais maduros de sua carreira e um dos retratos mais exatos das vaidades na indústria do cinema, e não é difícil perceber o porquê.

O magnata do título é Monroe Stahr, um pro-

dutor de filmes tido como “todo-poderoso” na Hollywood dos anos 1930, mas que nunca superou a morte da esposa, a atriz Minna Davis. Ele se apaixona por Kathleen Moore, moça misteriosa que tem uma impressionante semelhança com a falecida, e a partir daí uma série de acontecimentos delineia o triste fim de Stahr. Tudo isso é narrado aos olhos de Cecilia, filha de um produtor rival, que nutre uma paixão não correspondida pelo magnata.

A irregularidade da narrativa, que foi em grande parte organizada pelo crítico literário e amigo de Fitzgerald, Edmund Wilson, acaba sendo um atrativo à leitura. É através dela que entendemos o processo de amadurecimento das ideias expostas e daquelas apenas propostas pelo autor. Uma grande quantidade de notas escritas por Fitzge-

rald sobre como ele pretendia moldar o romance também faz parte da publicação como a vemos hoje, assim como um resumo que sumariza a ideia geral do livro e que é a única pista de como ele termina.

É impressionante observar o nível crítico que Fitzgerald assume perante sua própria produção, propondo por vezes a supressão de grandes trechos já escritos e o melhor desenvolvimento de pequenos detalhes que dão à trama um tom particular. Essas características conferem a **O último magnata** um caráter quase metalinguístico, agregando à sua instigante história mais esse valor.

Susy Freitas é formada em Letras – Língua Inglesa e Jornalismo e mestrande do PPGCCOM; é jornalista da *Adua*.

internacional

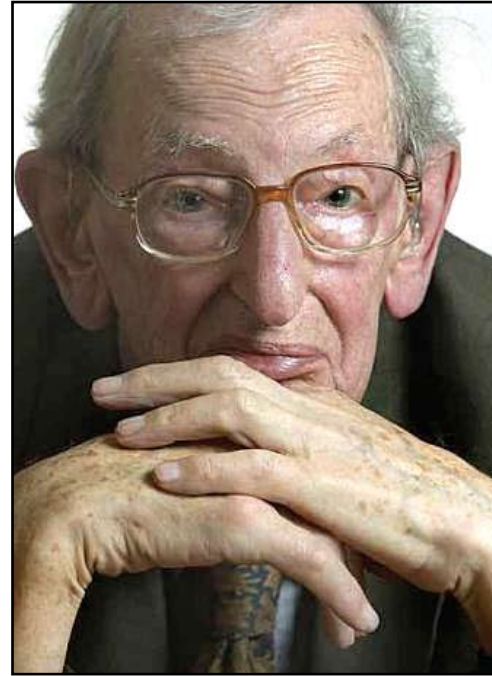
Entrevista com Eric Hobsbawm

Trocando mitos por história

Aos 94 anos, Eric John Ernest Hobsbawm mais uma vez dá provas de que o caminhar da humanidade se faz com passos que medem séculos e a melhor unidade da história, no seu jeito de ver o mundo, é a “era”, e não os dias, os anos, nem mesmo as décadas. Autor de “A Era das Revoluções”, “A Era do Capital”, “A Era dos Impérios” e “A Era dos Extremos”, em que tece uma “breve história” do século XX, questiona assimilações como a superioridade cultural do Ocidente, por vezes invólucro de uma arrogância histórica que hoje mal disfarça a incapacidade de entender, afinal de contas, o que vem a ser uma sociedade tribal ou um califado. Por outro lado, acha que a intensificação dos fluxos migratórios, levando incessantemente gente jovem de um canto a outro do planeta, embora gere muita xenofobia, gera também uma visão mais disseminada da diversidade do mundo.

Nascido em 1917, Hobsbawm é hoje professor (emérito) da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e da New School for Social Research, em Nova York. Marx, ele descobriu na juventude. Evidentemente foi cobrado pelo método marxista de análise que ainda hoje utiliza, especialmente quando muitos dos seus pares trataram de rever posições, a partir do desmoronamento do mundo soviético.

O ataque às Torres do World Trade Center, há exatos dez anos, num atentado que tirou a vida de milhares de pessoas, acordando o mundo para tensões inauditas, foi a mais completa experiência de uma catástrofe de que se tem notícia. Esta é uma das opiniões do historiador britânico Eric Hobsbawm, na entrevista inédita ao Estado de São Paulo e aqui reproduzida parcialmente. Mas, quando ele coloca a mesma catástrofe no plano maior da história das civilizações, daí faz com que afirmação superlativa submeta-se a outras associações de ideias, que nos convidam a pensar. E pensar muito.



história tomou outro curso, muito afetada pelas imigrações internacionais que permitem a mulheres e homens de outras culturas virem para os “nossos” países. Dou um exemplo: hoje a informação municipal na região de Londres onde vivo está disponível não apenas em inglês, mas em albanês, chinês, somali e urdu. A questão preocupante é que, como reação a tudo isso, surge também uma xenofobia de caráter populista, que se propaga até nas camadas mais educadas da população. Mas, inegavelmente, numa cidade como Londres ou Nova York, onde a presença dos imigrantes de várias partes é forte, existe hoje um reconhecimento maior da diversidade do mundo do que se tinha no passado. Turistas que buscam destinos na Ásia, África ou até mesmo no Caribe costumam não entender a natureza das sociedades que cercam seus hotéis, mas jovens mulheres e homens que hoje viajam, a trabalho ou estudos, para esses lugares, já criam outra compreensão.

Como o senhor avalia o poder das imagens de destruição nos ataques do 11/9 a Nova York, tão repetidas nos últimos dias? Tornaram-se o símbolo de uma guinada histórica, apontando novas relações entre Ocidente e Oriente? Por que imagens do cenário de morte de Bin Laden surtiram menos impacto?

A queda das torres do World Trade Center foi certamente a mais abrangente experiência de catástrofe que se tem na história, inclusive por ter sido acompanhada em cada aparelho de televisão, nos dois hemisférios do planeta. Nunca houve algo assim. E sendo imagens tão dramáticas, não surpreende que ainda causem forte impressão e tenham se convertido em ícones. Agora, elas representam uma guinada histórica? Não tenho dúvida de que os Estados Unidos tratam o 11/9 dessa forma, como um turning point, mas não vejo as coisas desse modo. A não ser pelo fato de que o ataque deu ao governo americano a ocasião perfeita para o país demonstrar sua supremacia militar ao mundo. E com sucesso bastante discutível, diga-se. Já o retrato de Bin Laden morto (que não foi divulgado) talvez fosse uma imagem menos icônica para nós, mas poderia se converter num ícone para o mundo islâmico. Da maneira deles, porque não é costume nesse mundo dar tanta importância a imagens, diferentemente do que fazemos no Ocidente, com nossas camisetas estampando o rosto de Che Guevara.

Mas além da chance de demonstrar poderio militar, os Estados Unidos deram uma guinada na sua política externa a partir de 2001, ajustando o foco naquilo que George W. Bush batizou como war on terror. Outro encaminhamento seria possível?

Eu diria que a política externa americana, depois de 2001, foi parcialmente orientada para

a guerra ao terror, e fundamentalmente orientada pela certeza de que o 11/9 trouxe para os EUA a primeira grande oportunidade, depois do colapso soviético, de estabelecer uma supremacia global. Criou-se a situação propícia para espalhar e reforçar bases militares americanas na Ásia central, ainda uma região muito ligada à Rússia. Sob esse aspecto, houve uma confluência de objetivos - combate-se o inimigo ampliando enormemente a presença militar americana. Mas, sob outro aspecto, esses objetivos conflitaram. A guerra no Iraque, que no fundo nada tinha a ver com a Al-Qaeda, consumiu atenção e uma enormidade de recursos dos EUA, e ainda permitiu à organização liderada por Bin Laden criar bases não só no Iraque, mas no Paquistão e extensões pelo Oriente Médio.

Diante dos problemas econômicos que hoje afligem os Estados Unidos, ainda sem um horizonte de recuperação à vista, o senhor diria que seguimos em direção a um tempo de declínio da hegemonia americana?

Nós de fato caminhamos em direção à Era do Declínio Americano. As guerras dos últimos dez anos demonstram como vem falhando a tentativa americana de consolidar sua solitária hegemonia mundial. Isso porque o mundo hoje é politicamente pluralista, e não monopolista. Hoje a América assiste à mudança do centro de gravidade econômica do Atlântico Norte para o Leste e o Sul. Enquanto o Ocidente vive sua maior crise desde os anos 30, a economia global ainda assim continua a crescer empurrada pela China e também pelos outros Brics.

Essa superioridade do Ocidente pode mudar com a emergência de uma potência como a China?

Mas mesmo a China, que no passado remoto era tida como uma civilização superior, foi su-

bestimada por longo tempo. Só depois da 2ª Guerra é que seus avanços em ciência e tecnologia começaram a ser reconhecidos. E só recentemente historiadores têm levantado as extraordinárias contribuições chinesas até o século 19. Veja bem, ainda não sabemos em que medida a cultura, a língua e mesmo as práticas espirituais da Pérsia, hoje Irã, enfim, em que medida aquele fraco e frequentemente conquistado império influenciou uma grande parte da Ásia, do Império Otomano até as fronteiras da China. Sabemos? Temos grande dificuldade em compreender a natureza das sociedades nômades, bem como sua interação com sociedades agrícolas assentadas, e hoje a falta dessa compreensão torna quase impossível traduzir o que se passa em vastas áreas da África e da região do Saara, por exemplo, no Sudão e na Somália. A política internacional fica completamente perdida quando confrontada por sociedades que rejeitam qualquer tipo de estado territorial ou poder superior ao do clã ou da tribo, como no Afeganistão e nas terras altas do sudoeste asiático. Hoje achamos que já sabemos muito sobre o Islã, sem nem sequer nos darmos conta de que o radicalismo xiita dos aiatolás iranianos e o sonho de restauração do califado por grupos sunitas não são expressões de um Islã tradicional, mas adaptações modernistas, processadas o longo século 20, de uma religião prismática e adaptável.

Com todos esses exemplos de “mundos” que se estranham, o senhor diria que a história corre o risco das distorções?

Apesar de todos esses exemplos, sou forçado a admitir que a arrogância histórica ocidental inevitavelmente se enfraquece, exceto em alguns países, entre eles os EUA, cujo senso de identidade coletiva ainda consiste na crença de sua própria superioridade. Nos últimos dez anos, a

Imaginação?

Sim, porque essa compreensão abrangente é frequentemente dificultada pelo persistente hábito de políticos e generais passarem por cima do passado. O Afeganistão é um clamoroso exemplo do que estou dizendo. Temo que não seja o único.

Apoiado na sua longa trajetória acadêmica, que conselhos o senhor daria aos jovens historiadores de hoje?

Hoje pesquisar e escrever a história são atividades fundamentais, e a missão mais importante dos historiadores é combater mitos ideológicos, boa parte deles de feito nacionalista e religioso. Combater mitos para substituí-los justamente por história, com o apoio e o estímulo de muitos governos, inclusive. Se eu fosse jovem o suficiente, gostaria de participar de um excitante projeto interdisciplinar que recorresse à moderna arqueologia e às técnicas de DNA para compor uma história global do desenvolvimento humano, desde quando os primeiros Homo sapiens tenham aparecido na África oriental e como elas se espalharam pelo globo. Agora, se eu fosse um jovem historiador latino-americano, daí eu poderia ser tentado a investigar o impacto do meu continente sobre o resto do mundo. Isso, desde 1492, na era dos descobrimentos, passando pela contribuição material desse continente a tantos países, com metais preciosos, alimentos e remédios, até o efeito da América Latina sobre a cultura moderna e a compreensão do mundo, influenciando intelectuais como Montaigne, Humboldt, Darwin. E, evidentemente, eu pesquisaria a riqueza musical do continente, fosse eu um latino-americano. Isso é tudo o que eu quero dizer.

(Entrevista concedida a Laura Greenhalgh, por escrito, ao jornal Estado de São Paulo, onde foi publicada integralmente em 11.09.2011)